

CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL 2024 DA APEOESP POR VALORIZAÇÃO, SALÁRIO, EMPREGO, CONDIÇÕES DE TRABALHO, RESPEITO E DIGNIDADE!

MOBILIZANDO E PREPARANDO A GREVE!

PARTICIPE DA CARAVANA POR EDUCAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE

Informe-se na Subsede da sua região (<https://www.apeoesp.org.br/subsedes/>)

ASSEMBLEIA ESTADUAL DOS PROFESSORES

**DIA 26/ABRIL
16 HORAS**

PRAÇA DA REPÚBLICA

- Trabalho igual, salário igual
- Pelo fim do autoritarismo, plataformas digitais e assédio moral
- Pela devolução do confisco de aposentados e pensionistas
- Pela liberdade de ensinar e aprender
- Não às “escolas-quartel”
- Não ao corte de verbas da educação
- Só existe educação de qualidade com financiamento e gestão democrática





CALENDÁRIO:

Março/abril – visitas às escolas, manifestações regionais, reuniões de representantes, assembleias regionais

2 a 22 de abril – Caravana por Educação e Serviços Públicos de Qualidade no Estado de São Paulo – panfletagens, aulas públicas, divulgação nas mídias locais, diálogo com a população e outras atividades

22 a 26 de abril - Semana Nacional de Defesa e Promoção da Educação Pública.

26 de abril - 16 h - Praça da República - indicativo de greve - precedida de caravana estadual, atos regionais, mobilizações nas escolas e regiões.

27 e 28 de abril – XI Conferência Estadual de Mulheres da APEOESP - precedida de Conferências regionais.

1º de maio – Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora

22 de maio - Manifestação nacional pelos direitos da classe trabalhadora - Brasília.

23 de maio - Encontro Estadual dos Aposentados



Estamos em luta! Na luta é que a gente se encontra!

A APEOESP convoca todas as Professoras e Professores para a Campanha Salarial e Educacional 2024. A defasagem salarial e os ataques aos nossos direitos são parte da política de extrema-direita do governo Tarcísio/Feder, de desrespeito, precarização e desmonte da Educação e dos serviços públicos, de restrição de nossa liberdade como educadoras e educadores, bem como de uma proposta educacional que empobrece o currículo, negando o direito a uma Educação de qualidade no Estado de São Paulo.

A valorização salarial está diretamente relacionada à valorização docente e à política educacional. Não dá para separar a pessoa do docente de sua história, de sua carreira e de como (sobre)vive em seu cotidiano. E é importante compreendermos que as questões salariais se ligam com as propostas e práticas educacionais.

Por isso, são inadmissíveis: o autoritarismo; o assédio moral; a ultraliberal e falsa “pedagogia das evidências” dos “tubarões da educação”; a imposição da nefasta e acrítica reforma do ensino médio e do empobrecedor “currículo paulista”; a criminalização de estudantes pobres com as cínicas escolas cívico-militares, que podemos denominar também de “escolas-quartel”; os ataques de Tarcísio/Feder na caótica atribuição de aulas e desastroso início do ano letivo; os concursos públicos que não suprem a demanda de mais de 100 mil docentes efetivos e propagam uma avaliação excludente, subestimando a capacidade dos/as professores/as pela

imposição das videoaulas e humilhando pela não convocação; o desmonte da carreira; entre outras medidas.

O desrespeito da dupla Tarcísio/Feder ultrapassa qualquer racionalidade! Quanto à questão salarial, propriamente, o golpista e inominável de São Paulo insiste em transgredir a legislação, pagando reajustes da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional na forma de abono complementar, seguindo seus antecessores. Outra política desrespeitosa é a transformação inaceitável de salário em subsídio. Queremos salário, e reajustes do piso no salário-base.

Considerando a indissociabilidade entre políticas de educação, carreira, e remuneração para as professoras e os professores, detalhamos a seguir os elementos que integram nossa Campanha Salarial e Educacional da APEOESP em 2024.

Derrotar o autoritarismo bolsonarista que persiste em São Paulo

O governo Tarcísio de Freitas representa no estado de São Paulo a continuidade e aprofundamento da gestão bolsonarista que realizou durante quatro anos o desmonte das políticas públicas, dos serviços públicos e dos direitos das brasileiras e dos brasileiros.

Desde o primeiro dia de governo, Tarcísio de Freitas e o secretário da Educação, Renato Feder, vêm produzindo medidas



que aprofundam a exclusão, as desigualdades e as deficiências na educação pública no estado, de forma autoritária, privatista, e que dissemina uma cultura de ódio. O viés antidemocrático, racista e antipopular de Tarcísio em todas as políticas de seu governo, tem na segurança pública seu extremo, atacando de forma violenta a população negra e periférica, como temos visto na chamada “Operação Escudo”, que produz um estado de insegurança, com mais de 50 mortes na Baixada Santista, a maior parte delas em circunstâncias obscuras.

Esse é o governo que aprovou na ALESP a autorização para privatizar a SABESP debaixo de bombas e cassetetes. É o governo que está sucateando o metrô paulista para privatizá-lo, que privatiza linhas da CPTM, que anuncia planos de privatizar os serviços públicos e prepara uma reforma administrativa para retirar ainda mais direitos dos servidores públicos.

“Big Brother paulista”: assédio moral e plataformas digitais para intimidar e controlar

Transgredindo o princípio da gestão democrática preconizado pela Constituição Federal e pela legislação educacional brasileira, o autoritarismo de Tarcísio/Feder está presente no cotidiano das escolas paulistas, nas quais vem se normalizando a cada dia a prática do assédio moral como metodologia de gestão. Esse viés

vem sendo institucionalizado por meio de normas legais desde o governo tucano de Doria/Rossieli/Rodrigo Garcia, e se acentuou com a publicação da Resolução SEDUC 4/2024, que regulamenta o disposto na Lei Complementar 1396/2023, que permite exoneração e transferência de diretores, vices e supervisores, caso não cumpram metas estabelecidas pelo governo estadual. Esse assédio sobre os gestores escolares acaba sendo transmitido aos professores e funcionários, pressionados e assediados pelo cumprimento de tais metas.

Autoritarismo, assédio e negócios estão na raiz da chamada “plataformização” na rede estadual de ensino. SED (Secretaria Escolar Digital), Sou.sp.gov.br, Centro de Mídias e outros instrumentos digitais se tornaram verdadeiras armas nas mãos dos gestores escolares e dos burocratas da SEDUC para vigiar, fiscalizar, direcionar e ameaçar professores para que sigam cegamente a política educacional digitalizada do secretário Renato Feder. Essa política foi aprofundada com a publicação de portaria do Coordenador da Coordenadoria Pedagógica da SEDUC sobre um suposto “apoio presencial” na sala de aula: mais vigilância sobre professores e estudantes.

Com suas políticas digitais, a SEDUC quer retirar do professor e da professora aquilo que é sua prerrogativa mais essencial, assegurada na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: a liberdade de ensinar e a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas; em outras palavras, a sua liberdade de cátedra. Os professores, assim, deixam de ser elaboradores de suas próprias aulas e passam a ser meros monitores, para transmitirem a



seus estudantes conteúdos pré-definidos pela SEDUC, uma explícita afronta à liberdade de cátedra.

Quem ganha com a política digital de Renato Feder em São Paulo? Empresas como a Multilaser, da qual é sócio o próprio secretário, outras empresas do setor e instituições como a Fundação Lemann e Todos Pela Educação estão entre aquelas que defendem essa política, por que, por um lado, gera lucros com a venda de equipamentos e, por outro, permitem a propagação de um modelo de escola “para pobres”, com um ensino pobre, superficial e aligeirado, que visa treinar e formar mão de obra para o chamado “mercado de trabalho” e não assegurar a esses estudantes a formação sólida plural, crítica, criativa e cidadã que necessitam e merecem.

Todos pela Educação, Fundação Lemann e Mendonça Filho: tudo a ver

O movimento Todos pela Educação, liderado por Priscila Cruz, uma celebridade que não possui qualquer vivência nas escolas públicas, e que mantém estreitas relações com a Fundação Lemann, Fundação Tide Setubal, Itaú Social, Itaú Educação, Instituto Unibanco. Lamentavelmente, Priscila também tem forte influência no Ministério da Educação e vasto espaço na mídia, com uma falsa neutralidade da “pedagogia das evidências”. Recentemente essa organização divulgou pesquisa realizada com apenas 462 pessoas de 14 e 16

anos, de escolas públicas e privadas, para tentar provar que 65% dos estudantes desejam um “currículo flexível”.

É evidente a tentativa de legitimar a continuidade da reforma do ensino médio (MP 746/2016), em cuja origem estiveram a Fundação Lemann e o próprio Todos pela Educação, aliados dos principais grupos privatistas de educação no Brasil. Nesta empreitada, Priscila Cruz está aliada ao deputado federal Mendonça Filho, do Partido União Brasil, relator da matéria na Câmara dos Deputados, ex-Ministro da Educação do governo Temer e mentor da reforma do ensino médio.

Os anseios dos jovens brasileiros, ignorados pelo movimento Todos Pela Educação, Fundação Lemann e outros segmentos que defendem o rebaixamento curricular promovido pela reforma do ensino médio, aparecem em outra recente pesquisa, realizada pelo Instituto Datafolha, com pessoas de idades entre 14 e 29 anos que nunca estudaram ou não concluíram a educação básica, dos quais 6 de cada 10 declaram que voltariam aos estudos se houvesse ensino noturno. Querem estudar para terem novas perspectivas na vida, conforme declaram na pesquisa, denominada “Juventudes fora da escola”.

Não queremos uma “escola para ricos”, com direito à Formação Geral Básica, acesso pleno ao conhecimento e formação sólida para a continuidade dos estudos e para a vida – inclusive para cumprirem papéis dirigentes na sociedade – e uma “escola para pobres”, com pouca Formação Geral Básica e uma infinidade de optativas e “itinerários formativos” e “projetos de vida” que não garantem qualidade de ensino à nossa juventude, condenando-a



aos limites do trabalho assalariado de baixa remuneração ou ao “empreendedorismo”, no novo nome que o ultraliberalismo dá ao subemprego a às atividades que subsistem à margem da economia formal.

Pela revogação da reforma do ensino médio!

Estamos na luta para que a Câmara dos Deputados rejeite o substitutivo de Mendonça Filho e a manutenção da reforma do ensino médio, e para que seja aprovada a proposta do governo Lula que inicia um processo de construção de um modelo de ensino médio que atenda às necessidades do povo brasileiro e, sobretudo, da classe trabalhadora. No estado de São Paulo, lutamos contra a imposição do chamado “currículo paulista” e exigimos que se abra um amplo debate com a comunidade escolar e com a sociedade sobre a concepção de educação que atenda às necessidades educacionais do povo paulista.

Registre-se que o presidente Lula acaba de anunciar a criação de mais 100 Institutos Federais, cuja proposta político-pedagógica e invejável estrutura, articulam ensino-pesquisa-cultura-esportes-tecnologia, preparando “o educando não apenas para o emprego, mas para gerar saberes que permitam sua inserção de maneira proativa nos processos produtivos formais e informais, sem perder de vista a interlocução com outras políticas públicas que fomentem ações de pesquisa, difusão de saberes e inclusão social”.

6

CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL 2024

Escola cívico-militar criminaliza os estudantes pobres

No Projeto de Lei Complementar 9/2024, que cria o Programa Escola Cívico Militar no Estado de São Paulo, o autoritarismo na educação se encontra com o autoritarismo da política militarista do governo Tarcísio. Impor a transformação de escolas regulares da periferia, como prevê o projeto, em escolas cívico-militares, significa de fato a criminalização da juventude pobre.

É típico de um governo de extrema direita como o de Tarcísio de Freitas considerar que problemas de rendimento escolar, indisciplina, casos de violência e outras deficiências das escolas públicas devem ser resolvidos com a presença de policiais dentro das unidades escolares, sejam eles da ativa ou aposentados.

As escolas públicas situadas na periferia, ou não, seus estudantes, professores e funcionários não precisam de polícia, nem de disciplina militar. Precisam de investimentos, de condições adequadas e ensino-aprendizagem, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática, liberdade para ensinar e aprender e demais condições necessárias ao ensino de qualidade. Não aceitamos uma escola militarizada que, por meio de imposições autoritárias, pretenda formatar corações e mentes para a continuidade de um modelo de sociedade que é preciso superar, no sentido da equidade e da igualdade. Além disso, as comunidades periféricas demandam respeito e políticas públicas efetivas de geração de trabalho e renda, de saúde, educação, assistência, habitação, saneamento e a própria



CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL 2024

segurança pública que não assassine mulheres, negros/negras, LGBTQIA+, migrantes e povos da rua.

Unidade para enfrentar os ataques de Tarcísio/Feder

Não é necessário nos estendermos muito sobre o que foi o processo de atribuição de classes e aulas de 2024, nem sobre o descalabro da imposição de videoaulas no concurso, um início de aulas repleto de problemas, professores sem emprego e sem salários, desvalorização salarial e profissional e todos os ataques que estamos vivenciando.

O desmonte da nossa carreira e a degradação das nossas condições de trabalho se evidenciam, por exemplo, na evolução da situação dos professores por vínculo funcional ao longo dos últimos 13 anos, conforme a tabela abaixo, elaborada pela Subseção DIEESE/CEPES da APEOESP:

Evolução dos professores, por vínculo funcional

Mês/Ano	Efetivos	Categ. "F"	Estável	CLT	Categ. "L"	Categ. "O"	Total	
dez/11	116.526	68.514	1.408	4	11.884	21.776	220.112	
dez/12	117.586	63.586	948	2	6	46.165	228.293	
dez/13	116.101	60.112	743	2	2	61.880	238.840	
dez/14	138.671	54.232	569	2	2	55.733	249.209	
dez/15	128.996	50.319	363	1	2	41.058	220.739	
dez/16	124.074	46.449	242	1	-	33.400	204.166	
dez/17	127.193	41.801	174	1	-	26.083	195.252	
dez/18	121.353	37.295	113	1	-	30.224	188.986	
dez/19	112.831	32.821	74	1	-	40.817	186.544	
dez/20	104.904	29.829	46	1	-	53.560	188.340	
dez/21	98.407	27.108	33	1	-	74.137	199.686	
dez/22	92.731	25.137	23	1	-	95.336	213.228	
dez/23	87.557	23.364	16	1	-	101.228	212.166	
Variação dez/2022 a dez/2023	%	-5.6%	-7.1%	-30.4%	0	-	6.2%	-0.5%
	Nº	-5.174	-1.773	-7	0	-	5.892	-1.062

Verifica-se a brutal inversão nos quantitativos de professores efetivos, da categoria F e estáveis, em relação aos professores temporários (categoria O) ao longo do período. Em dezembro de 2014 foram registrados 138.671 professores efetivos, 54.232 professores da categoria F e 55.733 professores da categoria O. Esses números podem ser creditados ao concurso público que conquistamos com a greve de 2013, ampliando o número de vagas, das 20 mil inicialmente previstas para 59 mil, configurando o maior concurso já realizado na rede estadual de ensino.

Nove anos depois, em dezembro de 2023, éramos apenas 87.557 professores efetivos, 23.364 da categoria F e incríveis 101.228 professores da categoria O, contratados de forma precária, com escassos direitos e vitimados pela recusa da SEDUC em prorrogar os contratos, como ocorreu em anos anteriores, resultando em 50 mil demissões. Aliás, é sempre bom lembrar que a SEDUC pretendia encerrar os contratos de todos os 101.228 professores, e foi impedida pela firme oposição da APEOESP. Estima-se que cerca de 30 mil professores ainda não conseguiram aulas, ao mesmo tempo em que há classes sem professores nas escolas.

A APEOESP representou ao Ministério Público contra a SEDUC e a VUNESP, que participou do processo de classificação dos professores, com inúmeros erros e injustiças. Ambas as instituições são responsáveis por um dos mais caóticos processos de atribuição de aulas que já houve na rede estadual de ensino.



Pela ampliação da convocação de professores concursados

Nossa luta por concursos públicos levou a SEDUC a realizar o certame em 2023, porém para apenas 15 mil vagas. Ocorre que foram classificados 175 mil professores e, como mostra a tabela da página 7, há espaço para muito mais convocações de concursados.

Em reuniões com a APEOESP, o secretário-executivo da SEDUC admitiu ampliar o número de convocados para 20 ou 25 mil. É pouco. É preciso ampliar a convocação para, no mínimo, 50 mil classificados.

Não aceitamos a imposição da videoaula

Além da insuficiência do número de vagas, este concurso foi marcado pela absurda imposição da videoaula, com caráter eliminatório. Não há o menor sentido nessa exigência, pois a gravação de uma aula, limitada a 7 minutos, não revela a capacidade profissional de um(a) professor(a), sendo sua realização sujeita a uma série de condicionantes técnicas, podendo, inclusive, ser realizada por profissionais, criando vantagens indevidas de um(a) candidato(a) sobre outro(a).

Para piorar, a avaliação das videoaulas foi realizada por Inteligência Artificial, com base em critérios obscuros, sem que os candidatos tivessem acesso a qualquer esclarecimento sobre os

motivos de sua reprovação. Por isso, a APEOESP ingressou na justiça contra o uso da videoaula no concurso e continuará lutando. O objetivo não é prejudicar quem quer que seja, mas garantir uma classificação justa para todas e todos.

Aplicação do piso nacional no salário-base já!

A APEOESP jamais aceitou o pagamento dos reajustes do piso nacional na forma de abono complementar, como tem sido a prática de sucessivos governos estaduais. Todos os anos, nosso sindicato ingressa com ações judiciais para que esses reajustes sejam aplicados sobre o salário-base, repercutindo em todas as faixas e níveis e cargos da nossa carreira.

Em 2017, fomos vitoriosos em todas as instâncias. Porém, um recurso extraordinário do Estado no Supremo Tribunal Federal (a nosso ver irregular) fez com que o pagamento do reajuste de 10,15% então conquistado fosse suspenso. A APEOESP ingressou com recurso, que, agora, está em vias de ser julgado pelo STF. Não há, porém, data para este julgamento, razão pela qual a APEOESP ingressou com uma petição neste sentido.

Reivindicamos, portanto, não apenas que este reajuste de 10,15% seja aplicado sobre nossos salários-base, como que todos os demais reajustes do piso sejam aplicados da mesma forma, para que possamos recuperar o poder de compra dos nossos salários, que se encontra absolutamente defasado, conforme demonstram as tabelas que seguem:



CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL 2024

Tabela 1 - Evolução da Relação entre Salário inicial do Magistério Estadual Paulista e o PSPN (40 horas) Brasil e Estado de São Paulo. 2009-2024*

Ano	PSPN		PEB I		PEB II	
	Reajuste	Nominal	Salário Base	Salário Base/PSPN	Salário Base	Salário Base/PSPN
2009		950,00	1.309,17	37,8%	1.515,52	59,5%
2010	7,86%	1.024,67	1.309,17	27,8%	1.515,52	47,9%
2011	15,84%	1.187,02	1.368,75	15,3%	1.584,49	33,5%
2012	22,23%	1.450,86	1.636,21	12,8%	1.894,12	30,6%
2013	7,97%	1.566,49	1.803,93	15,2%	2.088,26	33,3%
2014	8,32%	1.696,83	1.950,41	14,9%	2.257,84	33,1%
2015	13,01%	1.917,53	2.086,94	8,8%	2.415,89	26,0%
2016	11,36%	2.135,44	2.086,94	-2,3%	2.415,89	13,1%
2017	7,64%	2.298,59	2.086,94	-9,2%	2.415,89	5,1%
2018	6,82%	2.455,35	2.233,02	-9,1%	2.585,00	5,3%
2019	4,17%	2.557,74	2.233,02	-12,7%	2.585,00	1,1%
2020	12,84%	2.886,24	2.233,02	-22,6%	2.585,00	-10,4%
2021	0,00%	2.886,24	2.233,02	-22,6%	2.585,00	-10,4%
2022	33,24%	3.789,58	2.233,02	-41,1%	2.585,00	-31,8%
2023	14,95%	4.420,55	2.456,32	-44,4%	2.843,50	-35,7%
2024	3,62%	4.580,57	2.603,70	-43,2%	3.014,12	-34,2%

Fonte: FNDE/MEC e ALESP
Elaboração: Dieese/Subseção APEOESP
Nota (*): valores referenciados no mês de janeiro de cada ano.

Tabela 2 - Diferença do PSPN em relação ao salário base da Carreira do Magistério Estadual Público Estado de São Paulo, 2016-2024

Ano	PSPN	PEB I	
	Nominal	Salário Base*	Reaj. Necessário
2016	2.135,44	2.086,94	2,3%
2017	2.298,59	2.086,94	10,1%
2018	2.455,35	2.233,02	10,0%
2019	2.557,74	2.233,02	14,5%
2020	2.886,15	2.233,02	29,2%
2021	2.886,15	2.233,02	29,2%
2022	3.845,52	2.233,02	72,2%
2023	4.420,23	2.456,32	80,0%
2024	4.580,57	2.603,70	75,9%

Fonte: FNDE/MEC e ALESP;
Elaboração: Dieese/Subseção APEOESP.

Se tomamos como parâmetro a diferença entre o salário-base da carreira (PEB I) e o Piso Salarial Profissional Nacional, o reajuste necessário é de 75,9%. Veja tabela:

Na comparação entre o salário-base e o salário-mínimo nacional, também se verifica o desgaste do poder de compra, como se verifica na próxima tabela:

Tabela 3 - Relação do Salário Inicial dos Professores da Educação Básica Pública Paulista e o Salário Mínimo Nacional Estado de São Paulo. 2009-2024

Ano	Salário Mínimo (SM)	Salário Base do PEB I	Salário-base do PEB I em relação ao SM	Salário Base do PEB II	Salário-base do PEB II em relação ao SM
2009	465,00	1.309,17	2,82	1.515,52	3,26
2010	510,00	1.309,17	2,57	1.515,52	2,97
2011	545,00	1.368,75	2,51	1.584,49	2,91
2012	622,00	1.636,21	2,63	1.894,12	3,05
2013	678,00	1.803,93	2,66	2.088,26	3,08
2014	724,00	1.950,41	2,69	2.257,84	3,12
2015	788,00	2.086,94	2,65	2.415,89	3,07
2016	880,00	2.086,94	2,37	2.415,89	2,75
2017	937,00	2.086,94	2,23	2.415,89	2,58
2018	954,00	2.086,94	2,19	2.415,89	2,53
2019	998,00	2.233,01	2,24	2.585,00	2,59
2020	1.045,00	2.233,01	2,15	2.585,00	2,49
2021	1.100,00	2.233,01	2,03	2.585,00	2,35
2022	1.212,00	2.233,01	1,84	2.585,00	2,13
2023	1.320,00	2.456,32	1,97	2.843,50	2,28
2024	1.412,00	2.603,70	1,84	3.014,12	2,13
Variação 2024/2009	203,7%	98,9%	-34,6%	98,9%	-34,5%

Fonte: Governo Federal e Secretaria da Educação do Estado de São Paulo;
Elaboração: Dieese/subseção Apeoesp;

Finalmente, ao cotejarmos o salário médio da nossa categoria com a média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior, cuja equiparação é determinada pela Meta 17 do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação, veremos que o reajuste necessário é de 32,3%.

Lembramos que a APEOESP foi o primeiro sindicato a organizar



uma greve para reivindicar essa equiparação, quando nossa categoria realizou em 2015 a segunda maior paralisação, com 92 dias.

Veja tabela:

Tabela 8 – Salário Médio dos Professores Estaduais, dos Outros Profissionais com Ensino Superior e a Necessidade de Reajuste para Equiparação
Estado de São Paulo, 3º trimestre 2023

Categoria	Rendimento médio
Outros profissionais	R\$ 6.485,47
Professores Estaduais	R\$ 4.901,16
Reajuste Necessário	32,3%

Fonte: IBGE. PNAD Contínua
Elaboração: DIEESE/Subseção Apeoesp
Obs.: foram considerados professores estaduais ocupados na área estadual nos seguintes grupos de base da Classificação de Ocupações para as Pesquisas Domiciliares - COD:
2330 - Professores do ensino médio
2341 - Professores do ensino fundamental
2342 - Professores do ensino pré-escolar

Pela revogação da LC 1374/2023. Por carreira aberta, justa e transparente!

Um dos maiores ataques que já foram realizados contra a nossa categoria foi a aprovação da Lei Complementar 1374/2023, que impõe a remuneração por subsídio, extingue o direito a quinquênio, sexta-parte e outros adicionais e, na prática, desmonta a nossa carreira.

Não aceitamos, em primeiro lugar, o pagamento por subsídio, pois

todo e qualquer trabalhador precisa receber o pagamento de salário, com todos os direitos que isto implica.

Também não aceitamos mais essa divisão na nossa categoria, entre uma carreira em vigor (embora com limitações que é preciso superar – e para isso estamos cobrando negociações com a SEDUC) e a farsa da “nova carreira”, que precariza ou retira direitos.

Por uma única carreira, aberta, justa e transparente. Para trabalho igual, salário e direitos iguais.

MOBILIZAR PARA A GREVE!

No dia 26 de abril, às 16 horas, na Praça da República, professoras e professores se reunirão em Assembleia Estadual para deliberar sobre a greve da categoria.

A greve é necessária porque o governo Tarcísio/Feder insiste em impor suas políticas sem diálogo e sem qualquer negociação para garantir emprego, salário digno, condições de trabalho e demais direitos para a nossa categoria. Insiste também em desmontar a Educação e tirar dos professores e dos estudantes a liberdade de ensinar e aprender, princípio constitucional que deve prevalecer na sala de aula.

Debata com os colegas nas escolas, vamos mobilizar toda a nossa categoria!

Participe da Caravana por Educação e Serviços Públicos de Qualidade que percorrerá o estado de São Paulo durante o mês de abril.



CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL 2024

11

Somente uma forte greve pode impedir a continuidade dos ataques e levar o governo à mesa de negociações.

Veja a seguir, de forma pontual, nossas principais reivindicações e eixos de luta:

- ❖ Pelo pagamento integral do piso salarial nacional com reajuste no salário base e não como abono complementar.
- ❖ Pelo pagamento do reajuste de 10,15% bloqueado no STF.
- ❖ Pela isonomia salarial – trabalho igual, salário igual
- ❖ Não ao corte de verbas da educação. Intensificar a coleta de 300 mil assinaturas na PEC de iniciativa popular.
- ❖ Aprovar moções nas Câmaras Municipais contra o corte de verbas. Utilizar as tribunas.
- ❖ Manifestações em todos os locais onde se encontrem Tarcísio e/ou Feder.
- ❖ Intensificar a luta pela revogação da reforma do ensino médio (MP 746/2016). Impedir a aprovação do substitutivo do deputado Mendonça Filho, um dos autores da MP 746/2016, quando ministro da Educação de Michel Temer.
- ❖ Trabalhar junto à CNTE pela realização de mobilização quando o projeto entrar em pauta.
- ❖ Em São Paulo, exigir a volta da carga horária de Artes, Filosofia e Sociologia.
- ❖ Pela revogação integral da LC 1374/2022 – por carreira aberta, justa e transparente

- ❖ Não às escolas cívico-militares – pela rejeição do PLC 9/2024 na ALESP
- ❖ Convocação de todos os aprovados no atual concurso.
- ❖ Pela realização de concurso público para PEB I.
- ❖ Pela retirada da videoaula como critério de avaliação do concurso.
- ❖ Por atribuição de aulas presencial, justa e transparente.
- ❖ Pagamento de rescisão contratual aos professores da categoria O demitidos.
- ❖ Pagamento imediato do bônus para todos os professores, não apenas para categoria O.
- ❖ Pelo fim das plataformas digitais impostas para controlar e esvaziar o trabalho dos professores.
- ❖ Não ao projeto da SEDUC de digitalização integral do processo educativo com base em slides/apostilas digitais. Por um amplo e democrático debate curricular na rede estadual de ensino.
- ❖ Ativação dos contratos para que os professores da categoria O sem aulas possam ser eventuais.
- ❖ Pagamento de férias e regularização das contribuições previdenciárias ao INSS.
- ❖ Correção de todos os erros de classificação dos professores PEB I no processo de atribuição de aulas.
- ❖ Recondução dos professores nas escolas PEI.
- ❖ Permissão para o retorno ao PEI de quem pediu a cessação.



- ❖ Contratação justa para professores temporários. De imediato, extensão das condições de estabilidade dos professores da Categoria F aos professores da Categoria O durante seus contratos, até que possam se efetivar por meio de concurso público.
- ❖ Não ao fechamento de classes – pela abertura de classes no diurno e no noturno - Cobrar da SEDUC que implemente o compromisso de limitar o número de estudantes por classe em 25 no ensino fundamental I e 30 no ensino fundamental II e ensino médio – rumo ao máximo de 25 estudantes em todos os níveis.
- ❖ Não à municipalização das escolas na capital.
- ❖ Pela reinstituição das faltas abonadas.
- ❖ Continuar a luta pela devolução dos valores descontados no confisco dos aposentados. Pela aprovação do PLC 136/2023.
- ❖ Pela garantia de licença-saúde sem extinção contratual.
- ❖ Em defesa do IAMSPE, com qualidade, descentralização, Conselho paritário e deliberativo e destinação de verbas do Estado na mesma proporção da contribuição dos servidores.
- ❖ Direito ao IAMSPE para professores da categoria O.
- ❖ Não à avaliação de desempenho de diretores e vice-diretores nos termos da LC 1396/2023 e Resolução SEDUC – 4/2024. Não à demissão ou transferência de diretores e vices em função desta avaliação. Realizar movimento junto com demais entidades da Educação.
- ❖ Manter campanha nas escolas pelo fim do assédio moral utilizando a cartilha da APEOESP. Incentivar denúncias, inclusive utilizando o portal da APEOESP na Internet.
- ❖ Não à privatização - lutar contra a parceria público-privada para construção de escolas com concessão de serviços à iniciativa privada.
- ❖ Não à privatização da Fundação Casa.
- ❖ Ampliação do programa de mediação escolar para prevenção à violência nas escolas.
- ❖ Fim da expansão do PEI e amplo debate na rede estadual sobre Educação integral.
- ❖ Em defesa do ensino técnico-profissionalizante. Em defesa das ETECs e FATECs.
- ❖ Pela garantia de permanência dos professores auxiliares e por uma Educação especial inclusiva, que garanta pleno atendimento às necessidades educacionais das pessoas com deficiência.
- ❖ Pelo direito dos professores à alimentação nas escolas.
- ❖ Reajuste no vale-alimentação e no vale-transporte.
- ❖ Revogação da LC 173/2021 – pelo descongelamento do tempo de serviço de 2020-2021.
- ❖ Continuar participando da campanha nacional pela redução da taxa de juros.
- ❖ Aumentar a taxa de isenção do IR para R\$ 5.000,00.
- ❖ Continuar participando da luta em defesa do meio ambiente, dos direitos das mulheres, dos negros, da população LGBTQIA+, quilombolas, juventude e todos os segmentos oprimidos.

CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL 2024

13

- ✦ Pela revogação da reforma trabalhista e demais ataques aos direitos da classe trabalhadora.
- ✦ Contra a PEC 32 – reforma administrativa.
- ✦ Pela aprovação do projeto que regulamenta e assegura direitos aos motoristas de aplicativos.
- ✦ Pela aprovação do projeto que garante a livre organização sindical.
- ✦ Continuar participando da campanha de solidariedade ao povo palestino. Cessar fogo já!







APEOESP

APEOESP

SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
www.apeosp.org.br

APEOESP

SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUT**

www.apeosp.org.br

SUBSEDE
SÃO JOÃO DA
BOA VISTA

SUBSEDE
NORTE
SANTANA

SUBSEDE
MOSIDAS CRUZES

SUBSEDE
SÃO BERNARDO
DO CAMPO

SUBSEDE
SANTISTA

SUBSEDE
ARACATUBA

SUBSEDE
ASSIS

SUBSEDE
MARÍLIA

SUBSEDE
PINDAMONHANGABA

SUBSEDE
PINDAMONHANGABA

SUBSEDE
GUARATINGUETÁ

SUBSEDE
PEREIRA
BARRETO